

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**Senhores Acionistas:**

Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da S3 Caceis Brasil DTVM S.A. (S3 Caceis) relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

**Mercado de Atuação**

A S3 Caceis, atua na subscrição em consórcio com outras sociedades, nas emissões de títulos e valores mobiliários para revenda, compra e venda de títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros; administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários e intermediação de oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado.

**Patrimônio Líquido e Resultado**

Em 31 de dezembro de 2023, o lucro líquido apresentado no acumulado do exercício foi de R\$178 milhões, correspondente a R\$102,46 por lote de mil ações e rentabilidade de 15,38% sobre o patrimônio líquido médio e retorno de 12,72% sobre os ativos totais médios. O patrimônio líquido atingiu o montante de R\$1.210 milhões.

**Ativos e Passivos**

Em 31 de dezembro de 2023, os ativos totais atingiram R\$1.468 milhões, destacando-se R\$942 milhões por Aplicações em Depósitos Interfinanceiros. O passivo total está representado substancialmente por Outros Passivos Financeiros no montante de R\$127 milhões e Passivos Fiscais no montante de R\$74 milhões.

**Evento Societário**

Em 01 de abril de 2023, a S3 Caceis Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, deixou de fazer parte do conglomerado Prudencial Santander.

**Auditoria Independente**

A política de atuação da S3 Caceis na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander.

A S3 Caceis informa que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras.

Ademais, a S3 Caceis confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 26 de março de 2024.  
**O Conselho de Administração**  
A Diretoria Executiva

BALANÇO PATRIMONIAL				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	
<b>Ativo Circulante e Não Circulante</b>		<b>1.467.886</b>	<b>1.335.003</b>	
Disponibilidades	4	2.863	379	
Instrumentos Financeiros		943.228	765.698	
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	941.617	765.698	
Títulos e Valores Mobiliários	6	1.611	-	
Outros Ativos	8	51.078	50.380	
Ativos Fiscais	7.a	24.362	25.278	
Correntes		10.202	12.663	
Diferidos		14.160	12.615	
Imobilizado de Uso	9	489	663	
Outras Imobilizações de Uso (Depreciações Acumuladas)		1.622	1.622	
Intangível	10	445.866	492.605	
Ágio por Expectativa de Rentabilidade Futura		323.055	323.055	
Outros Ativos Intangíveis (Amortizações Acumuladas)		667.591	637.946	
		(544.780)	(468.396)	
<b>Total do Ativo</b>		<b>1.467.886</b>	<b>1.335.003</b>	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado						
Nota	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Reservas Estatutárias			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>840.313</b>	<b>36.425</b>	<b>138.892</b>	<b>346</b>	<b>-</b>	<b>1.015.976</b>
Plano de Benefícios a Funcionários	-	-	-	(173)	-	(173)
Lucro Líquido	-	-	-	-	160.164	160.164
Destinações:						
Reserva Legal	14.c	8.008	-	-	(8.008)	-
Juros sobre Capital Próprio	14.b	-	-	-	(68.000)	(68.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	42.078	(42.078)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	42.078	(42.078)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>840.313</b>	<b>44.433</b>	<b>223.048</b>	<b>173</b>	<b>-</b>	<b>1.107.967</b>
Mutações no Exercício	-	8.008	84.156	(173)	-	91.991
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>840.313</b>	<b>44.433</b>	<b>223.048</b>	<b>173</b>	<b>-</b>	<b>1.107.967</b>
Plano de Benefícios a Funcionários	-	-	-	11	-	11
Lucro Líquido	-	-	-	-	178.274	178.274
Destinações:						
Reserva Legal	14.c	8.914	-	-	(8.914)	-
Juros sobre Capital Próprio	14.b	-	-	-	(76.000)	(76.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	46.680	(46.680)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	46.680	(46.680)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>840.313</b>	<b>53.347</b>	<b>316.408</b>	<b>184</b>	<b>-</b>	<b>1.210.252</b>
Mutações no Exercício	-	8.914	93.360	11	-	102.285
<b>Saldos em 30 de junho de 2023</b>	<b>840.313</b>	<b>47.843</b>	<b>287.844</b>	<b>297</b>	<b>-</b>	<b>1.176.297</b>
Plano de Benefícios a Funcionários	-	-	-	(113)	-	(113)
Lucro Líquido	-	-	-	-	110.068	110.068
Destinações:						
Reserva Legal	14.c	5.504	-	-	(5.504)	-
Juros sobre o Capital Próprio	14.b	-	-	-	(76.000)	(76.000)
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	14.282	(14.282)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	14.282	(14.282)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>840.313</b>	<b>53.347</b>	<b>316.408</b>	<b>184</b>	<b>-</b>	<b>1.210.252</b>
Mutações no Período	-	5.504	28.564	(113)	-	33.955

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**1. Contexto Operacional**

A S3 Caceis Brasil DTVM S.A. (S3 Caceis), controlada pela S3 Caceis Brasil DTVM S.A., tem por objeto, dentre outros: (i) subscrever, isoladamente ou em consórcio com outras sociedades autorizadas, emissões de títulos e valores mobiliários para revenda; (ii) comprar e vender títulos e valores mobiliários, por conta própria e de terceiros; (iii) encarregar-se da administração de carteiras e de custódia de títulos e valores mobiliários; e (iv) intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários no mercado. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre elas e são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

**2. Apresentação das Demonstrações Financeiras**

**a) Apresentação das Demonstrações Financeiras**

As demonstrações financeiras da S3 Caceis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as informações pela Administração na sua gestão.

A Resolução CMN nº 4.966/2021, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge), harmonizando os critérios contábeis do COSIF para os requerimentos da norma internacional IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2025. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito. A Lei nº 14.467/2022 alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições Financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Bacen. A principal alteração está na dedução das perdas incorridas na determinação do Lucro Real e da base de cálculo da CSLL. Esta lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025.

A adoção da Resolução CMN nº 4.966/2021, da Lei nº 14.467/2022 e de outros normativos que são correlacionados, inclusive a reformulação do elenco de contatos do COSIF, estão contidas no Plano de Implementação do Banco Santander. O Plano de Implementação dos referidos normativos no Banco Santander está segregado em três pilares: (i) Organização e Governança; Fóruns e Comitês compostos por diversos níveis hierárquicos dedicados a definição e acompanhamento da implementação; (ii) Processos e Sistemas: Mapeamento dos impactos e implementação das mudanças nos processos e sistemas; e (iii) Modelos e Critérios: Revisão e atualização dos modelos e critérios utilizados nas estimativas contábeis.

O cronograma do Plano de Implementação está sendo faseado ao longo do período de 2023 até o final do exercício de 2024, sendo que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo Bacen para implementação total. Os impactos nas Demonstrações Financeiras serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.

A Resolução CMN nº 4.975/2021, estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025. A S3 Caceis está avaliando os impactos e alterações necessárias para atendimento desta norma. A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas (Nota 3.m).

O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, na reunião realizada em 26 de março de 2024.

**b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da S3 Caceis.

**3. Principais Políticas Contábeis**

**a) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

**b) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

**c) Títulos e Valores Mobiliários**

A carteira de títulos e valores mobiliários é demonstrada, conforme Circular nº 3.068, pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;

II - títulos disponíveis para venda; e

III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem avulsos e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade financeira do Banco de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia, ajustados ao valor de mercado (valor justo), computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado (valor justo) realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do período. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados pro rata dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do período.

**d) Rendas a Receber**

Refere-se às provisões para perdas de Rendas a Receber, são fundamentadas nas análises das operações em aberto, na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos da carteira e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões.

**e) Despesas Antecipadas**

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos.

**f) Imobilizado de Uso**

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

**g) Intangível**

O ágio na aquisição de direitos de uso de negócio é amortizado em 10 anos, observada a expectativa de resultados futuros e está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda de valor.

Os ativos identificados decorrentes da aquisição de negócio, substancialmente, relacionamento com clientes, são amortizados pelos prazos estimados de vida útil (Nota 10).

Os gastos de aquisição de logísticos são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos (Nota 10).

**h) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias**

A S3 Caceis é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões são reavaliadas ao final de cada período de reporte para refletir a melhor estimativa corrente e podem ser total ou parcialmente revertidas, reduzidas ou podem ainda ser complementadas, quando há mudança de risco em relação às saídas de recursos e obrigações pertinentes ao processo, incluindo a decadência dos prazos legais, o trânsito em julgado dos processos, dentre outros.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e nas melhores informações disponíveis. Para as provisões cujo risco de perda é possível, as provisões não são constituídas e as informações são divulgadas nas notas explicativas (Nota 13.d) e para as provisões cujo risco de perda é remota não é requerida a divulgação.

Os Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

No caso de trânsitos em julgado favoráveis à S3 Caceis, a contraparte tem o direito, caso atendidos requisitos legais específicos, de impetrar ação rescisória em prazo determinado pela legislação vigente. Ações rescisórias são consideradas novas ações e serão avaliadas para fins de passivos contingentes se, e quando, forem impetradas.

**i) Plano de Benefícios a Funcionários**

Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela S3 Caceis de: (i) complemento dos benefícios do sistema público de previdência; e (ii) assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos

**Planos de Contribuição Definida**

Plano de contribuição definida é o plano de benefício pós-emprego pelo qual a S3 Caceis como entidade patrocinadora paga contribuições fixas a um fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições efetuadas nesse sentido são reconhecidas como despesas com pessoal na demonstração do resultado.

**Planos de Benefício Definido**

Plano de benefício definido é o plano de benefício pós-emprego que não seja plano de contribuição definida e estão apresentados na Nota 20. Para esta modalidade de plano, a obrigação da entidade patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

A S3 Caceis aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial).

**Principais Definições**

- O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados;

- Déficit ou superávit é: (a) o valor presente da obrigação de benefício definido; menos (b) o valor justo dos ativos do plano;

- A entidade patrocinadora poderá reconhecer os ativos do plano no balanço quando atenderem as seguintes características: (i) os ativos do fundo forem suficientes para o cumprimento de todas as obrigações de benefícios aos empregados do plano ou da entidade patrocinadora; ou (ii) os ativos forem devolvidos à entidade patrocinadora com o intuito de reembolsá-la por benefícios já pagos a empregados;

- Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais;

- Custo do serviço corrente, é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; e

- O custo do serviço passado, é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração no plano ou de redução do número de empregados cobertos.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos no resultado nas linhas de outras despesas operacionais - perdas atuariais - planos de aposentadoria e despesas com pessoal.

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

**J) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)**

O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica. Para as instituições financeiras é permitida a dedução das despesas de captação na determinação da base de cálculo. As despesas de PIS e Cofins são registradas em despesas tributárias. Para empresas não financeiras as alíquotas são de 1,65% para o PIS e 7,6% para a Cofins.

**k) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido**

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e/ou a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 7.a, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

**l) Redução ao Valor Recuperável de Ativos**

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados ao fim de cada período de reporte, com o objetivo de identificar evidências de desvalorização em seu valor contábil. Se houver alguma indicação, a entidade deve estimar o valor recuperável do ativo e tal perda deve ser reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. O valor recuperável de um ativo é definido como o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

**m) Estimativas Contábeis**

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos semestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período quando comparados com os montantes reais, tais como: provisão para contingências, valor recuperável dos ativos e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

**n) Resultados Recorrentes/Não Recorrentes**

Conforme Resolução BCB nº 2/2020, resultado não recorrente do exercício é aquele que:

I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e

II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na Nota Explicativa 22.

**o) Juros sobre Capital Próprio**

Os Juros sobre Capital Próprio são reconhecidos no passivo a partir do momento que sejam declarados ou propostos, conforme Resolução CMN nº 4.872/20.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado				
	01/07 a	01/01 a	01/01 a	
	Nota	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>		<b>59.080</b>	<b>114.91</b>	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

**b.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos**

**b.1) Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos**

	Origens		Saldo em 31/12/2022	Consti- tuição	Reali- zação	Saldo em 31/12/2023
	31/12/2023	31/12/2022				
Plano de Benefícios - Efeito no Resultado	1.615	1.461	586	61	-	647
Plano de Benefícios - Efeito no PL	306	288	114	8	-	122
<b>Total</b>	<b>1.921</b>	<b>1.749</b>	<b>700</b>	<b>69</b>	-	<b>769</b>

**b.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos**

Ano	Diferenças Temporárias		
	IRPJ	CSLL	Total
2024	48	29	77
2025	48	29	77
2026	48	29	77
2027	48	29	77
2028	48	29	77
2029 a 2033	240	144	384
<b>Total</b>	<b>480</b>	<b>289</b>	<b>769</b>

**c) Imposto de Renda e Contribuição Social**

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
<b>Resultado antes da Tributação sobre o Lucro</b>	<b>274.051</b>	<b>249.570</b>
Participações no Lucro (13.322)	(13.322)	(16.003)
<b>Resultado antes dos Impostos</b>	<b>260.729</b>	<b>233.567</b>
<b>Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15%</b>	<b>(104.292)</b>	<b>(94.434)</b>
Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (12.334)	(12.334)	(6.702)
Juros sobre o Capital Próprio (30.400)	30.400	27.880
IRPJ e CSLL sobre Diferenças Temporárias e Prejuízo Fiscal de Exercícios Anteriores (5.063)	5.063	(141)
Demais Ajustes, CSLL 5% (46)	-	(46)
Demais Ajustes (1.292)	(1.292)	40
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(82.455)</b>	<b>(73.403)</b>

**d) Despesas Tributárias**

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Despesa com PIS	2.540	2.462
Despesa com Cofins	15.630	15.151
Despesa com ISS	17.515	17.248
Outras	457	204
<b>Total</b>	<b>36.142</b>	<b>35.065</b>

**8. Outros Ativos**

	31/12/2023	31/12/2022
Administração de Fundos de Investimentos	23.691	23.193
Custódia de Títulos e Valores Mobiliários	10.505	11.084
Outras Rendas a Receber	1.683	2.921
(1) Provisões para Perdas (304)	(304)	(1.115)
Devedores por Depósitos em Garantia	1.981	2.782
Para Interposição de Recursos Fiscais	500	1.144
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	9.682	4.425
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	309	289
Adiantamentos e Antecipações Salariais	1.921	1.749
Plano de Benefícios a Funcionários	219	243
Valores a Receber - Taxa de Registro Fundos de Investimentos	196	286
Devedores Diversos - País	638	981
Despesas Antecipadas	57	180
Outros	51.078	50.380
<b>Total</b>	<b>38.662</b>	<b>38.766</b>
<b>Circulante</b>	<b>12.416</b>	<b>11.614</b>

**9. Imobilizado de Uso**

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Custo Depreciação Residual</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Outras Imobilizações de Uso	202	(202)
Sistemas de Processamento de Dados	1.065	(704)
Móveis e Equipamentos de Uso	355	(227)
Beneficiárias em Imóveis de Terceiros	1.622	(1.133)
<b>Total</b>	<b>489</b>	<b>1.622</b>

**10. Intangível**

**a) Composição**

Vida Útil (em anos)	31/12/2023		31/12/2022	
	Amorti-zação	Amorti-zação	Amorti-zação	Amorti-zação
<b>Ágio na Aquisição de Direitos de Uso de Negócio (1)</b>	<b>10.323.055</b>	<b>(269.212)</b>	<b>53.843</b>	<b>323.055</b>
<b>Outros Ativos Intangíveis</b>	<b>667.591</b>	<b>(275.568)</b>	<b>392.023</b>	<b>637.946</b>
Logiciais	Até 5	223.969	(65.508)	158.461
Relacionamento com Clientes: Clientes vinculados a Fundos de Investimentos	22	253.337	(95.961)	157.376
Clientes vinculados à Rede Comercial do Banco Santander	27	84.758	(26.160)	58.598
Outros Clientes	10	105.527	(87.939)	17.588
<b>Total</b>	<b>990.646</b>	<b>(544.780)</b>	<b>445.866</b>	<b>961.001</b>

(1) Para o exercício de 2023 e 2022 não houve evidências de impairment.

**b) Movimentação**

	01/01 a 31/12/2023		01/01 a 31/12/2022	
	Custo	Amortização	Custo	Amortização
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>961.001</b>	<b>(468.396)</b>	<b>492.605</b>	<b>921.875</b>
Adição	29.711	(66)	29.711	39.126
Baixa	(66)	-	-	-
Amortização	(76.384)	(76.384)	-	(69.406)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>990.646</b>	<b>(544.780)</b>	<b>445.866</b>	<b>961.001</b>

**11. Outros Passivos Financeiros**

	31/12/2023	31/12/2022
Cretores - Conta Liquidações Pendentes	126.569	116.621
<b>Total</b>	<b>126.569</b>	<b>116.621</b>
<b>Circulante</b>	<b>126.569</b>	<b>116.621</b>

**12. Outros Passivos**

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão para Pagamentos a Etfetur	19.656	18.813
Despesas de Pessoal	10.218	8.494
Despesas Administrativas	1.340	2.369
Outros Pagamentos	3.670	3.195
Sociais e Estatutárias	7.533	3.974
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 13.b)	10.148	8.114
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 13.b)	4.825	5.589
Cretores Diversos - País	57.390	50.548
<b>Total</b>	<b>42.506</b>	<b>32.409</b>
<b>Circulante</b>	<b>14.884</b>	<b>18.139</b>

**13. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes**

**a) Ativos Contingentes**

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes (Nota 3.h).

**b) Movimentações das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais**

	01/01 a 31/12/2023			01/01 a 31/12/2022		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
<b>Saldo Inicial</b>	<b>3.974</b>	<b>7.294</b>	<b>821</b>	<b>3.247</b>	<b>6.060</b>	<b>890</b>
Constituição Líquida de Reversão (1)	(3.607)	1.732	(259)	333	24	(70)
Atualização Monetária	79	491	2	291	877	1
Baixas por Pagamentos	(2)	(213)	-	(7)	(398)	-
Outros (2) (3)	7.059	280	-	110	720	-
<b>Saldo Final</b>	<b>7.533</b>	<b>9.584</b>	<b>564</b>	<b>3.974</b>	<b>7.293</b>	<b>821</b>
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	-	-	-	-	968	-

(1) Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras receitas e despesas operacionais e IR e CSLL.  
(2) Trata-se de acordo entre S3 Caceis e o Banco Santander.  
(3) Em 2023, inclui a reversão da provisão para processos de PIS e COFINS referentes ao questionamento da Lei nº 9.718/98.

**c) Provisões, Passivos Contingentes e Outras Provisões**

A S3 Caceis é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na avaliação de perda das ações da S3 Caceis, com base nas opiniões dos assessores jurídicos internos e externos. A S3 Caceis tem como procedimento provisionar integralmente o valor das ações cuja avaliação está classificada como perda provável. As obrigações legais de natureza fiscal e previdenciária têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

Os principais processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações legais, fiscais e previdenciárias, estão descritos a seguir:

**PIS e Cofins** - A S3 Caceis ajuizou medida judicial visando afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e da Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas, que antes da referida norma, eram tributadas pelo PIS e Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e vendas de mercadorias.

Em 2023, o STF decidiu o Tema 372 por meio de Repercussão Geral, e acolheu parcialmente o recurso da União Federal fixando a tese de que incide o PIS/COFINS sobre as receitas operacionais decorrentes das atividades típicas das instituições financeiras, de forma a terem sido constituídas as respectivas obrigações de PIS e COFINS. O Banco Santander é responsável pelo montante envolvido nesse processo como ex-controlador da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, o montante envolvido é de R\$3.882 - (31/12/2022 - R\$1.087).

**Desmutualização de Ações** - R\$465 (31/12/2022 - R\$446), visa a não incidência do IRPJ e da CSLL dos valores correspondentes à atualização dos títulos patrimoniais convertidos em ações, visto que não representa acréscimo patrimonial, mas de mera permuta.

**d) Passivos Contingentes Classificados com Risco de Perda Possível**

São processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente. As ações com classificação de perda possível, totalizaram em R\$5.009 milhões em 31 de dezembro de 2023, sendo, principalmente:

**Cofins** - Discussão judicial para anular auto de infração lavrado pela Receita Federal, pretendendo a exigência de PIS e Cofins sobre receitas que não decorrem da atividade preponderante da empresa, contrariando o assm no novo texto legal trazido pela Lei Federal nº 12.973/2014. Em 31 de dezembro de 2023, o valor relacionado a esse processo era de aproximadamente R\$2.384 milhões.

**14. Patrimônio Líquido**

**a) Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado é composto por 1.740 mil ações ordinárias nominativas escriturais sem valor nominal.

**b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio**

Aos acionistas são assegurados dividendos mínimos de 1% sobre o lucro líquido ajustado na forma da legislação em vigor. A distribuição dos dividendos está sujeita à deliberação em Assembleia Geral de Acionistas.

A seguir, apresentamos a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio efetuadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

	Em milhares de Reais		Reais por Ação Ordinária	
	Bruto	IRRF Líquido	Bruto	Líquido
Juros sobre o Capital Próprio (1)	76.000	11.400	64.600	43,68
Juros sobre o Capital Próprio (2)	68.000	10.200	57.800	39,08
<b>Total</b>	<b>144.000</b>	<b>21.600</b>	<b>122.400</b>	

(1) Deliberados pelo Conselho de Administração em 21 de dezembro de 2023, pagos no dia 27 de dezembro, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

(2) Deliberados pelo Conselho de Administração em 19 de dezembro de 2022, pagos no dia 21 de dezembro de 2022, sem nenhuma remuneração a título de atualização monetária.

**c) Reservas de Lucros**

O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

**Reserva Legal**

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

**Reservas Estatutárias**

Do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, foram destinados 50% para reforço de capital de giro e 50% para equalização de dividendos com a finalidade de garantir os meios financeiros para as operações da S3 Caceis e a continuidade da distribuição de dividendos, podendo ser utilizadas para futuros aumentos de capital. Ambas reservas, juntamente com a reserva legal, estão limitadas a 100% do capital social.

**15. Partes Relacionadas**

**a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração**

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) da S3 Caceis realizada em 28 de abril de 2023, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos membros da Diretoria para o ano de 2023, em até R\$ 18.000.

**i. Benefícios de Longo Prazo**

A S3 Caceis, assim como o Banco Santander Espanha, igualmente como outras controladas no mundo do Grupo Santander e Grupo Caceis, possui programas de remuneração de longo prazo vinculados ao desempenho do preço de mercado de suas ações, com base no atingimento de metas.

**ii. Benefícios de Curto Prazo**

A tabela a seguir demonstra os salários e honorários dos Administradores:

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Remuneração Fixa	4.694	4.488
Remuneração Variável - em espécie	1.462	1.208
Remuneração Variável - em ações	1.415	1.201
Outras	328	304
<b>Total dos Benefícios de Curto Prazo</b>	<b>7.899</b>	<b>7.201</b>
Remuneração Variável - em espécie	1.228	980
Remuneração Variável - em ações	1.175	965
<b>Total dos Benefícios de Longo Prazo</b>	<b>2.403</b>	<b>1.945</b>

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da Administração no montante de R\$1.432 (31/12/2022 - R\$1.369).

**iii. Rescisão de Contrato**

A extinção da relação de trabalho com os administradores, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

**b) Participação Acionária**

A S3 Caceis é controlada pela S3 Caceis Participações que possui participação acionária de 1.740 mil ações, equivalentes a 100,00% do seu capital social.

**c) Transações com Partes Relacionadas**

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são, conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
<b>Disponibilidades</b>	<b>2.863</b>	<b>379</b>	-	-
Banco Santander (Brasil) S.A. (1)	2.863	379	-	-
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>	<b>218.348</b>	<b>565.239</b>	<b>65.541</b>	<b>87.273</b>
Banco Santander (Brasil) S.A. (1)	218.348	565.239	65.541	86.815
Outras (3)	-	-	-	458
<b>Valores a Receber de Sociedades Ligadas</b>	<b>15.655</b>	<b>10.699</b>	<b>40.063</b>	<b>69.572</b>
Banco Santander (Brasil) S.A. (1)	15.655	10.699	40.044	69.572
Banco Santander (Espanha) S.A.	-	-	19	-
<b>Valores a Pagar de Sociedades Ligadas</b>	<b>(2.309)</b>	<b>(2.580)</b>	<b>(6.480)</b>	<b>(5.877)</b>
Banco Santander (Brasil) S.A. (1)	-	-	(5.918)	(5.617)
Aquanima Brasil Ltda. (2)	-	-	(230)	(227)
Universia Brasil S.A. (2)	-	-	(55)	(33)
F1rst Tecnologia e Inovação Ltda. (2)	(2.309)	(2.580)	(277)	-
<b>Outros Passivos Diversos</b>	<b>(9.470)</b>	<b>(9.880)</b>	<b>10.302</b>	<b>9.146</b>
Pessoal Chave da Administração	-	-	10.302	9.146
Banco Santander (Espanha) S.A.	(9.398)	(9.090)	-	-
Banco Santander (México), S.A.	(72)	(790)	-	-

(1) Controlada diretamente pelo Banco Santander Espanha.  
(2) Controlada indiretamente pelo Banco Santander Espanha.

**16. Receitas de Prestações de Serviços**

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Rendas de Administração de Fundos de Investimentos	283.100	265.382
Rendas de Serviços de Custódia	109.168	106.243
Outras Rendas de Serviços	24.563	31.896
<b>Total</b>	<b>416.831</b>	<b>403.521</b>

**17. Despesas de Pessoal**

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Remuneração	45.271	37.149
Encargos	12.884	11.679
Benefícios	9.482	7.756
Treinamento	354	1.946
Outras	889	796
<b>Total</b>	<b>68.880</b>	<b>59.326</b>

**18. Outras Despesas Administrativas**

	01/01 a 31/12/2023	01/01 a 31/12/2022
Depreciações e Amortizações	76.559	69.595
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	18.264	18.957
Serviços do Sistema Financeiro	3.916	2.478
Processamento de Dados	50.551	47.768
Convênio Operacional - Banco Santander (Nota 15.c)	5.918	5.617